

Ciência e controle imperial no Mato Grosso português

Ciencia y control imperial en el Mato Grosso portugués

Science and Imperial Control in the Portuguese Mato

DOI: <http://dx.doi.org/10.14482/memor.25.1.6867>



*Rafael
Campos*

Doutorando, Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, Universidade Nova de Lisboa; Programa de Doutorado Pleno no Exterior, Capes; Associate Editor for History & Archaeology, De Gruyter Open.

Resumo

A Capitania de Mato Grosso no século XVIII é vista como uma fronteira por excelência. Todavia, o domínio territorial pensado pelos agentes do Império português não se bastou apenas em tratados e construção de fortificações. Sob a égide do Iluminismo, toda uma rede de conhecimentos foi implementada, tendo como ponto base a ideia de que a ciência deveria servir ao Império. O controle efetivo do território era mais complexo que o simples controle militar do mesmo, ainda que este fosse primordial. Deste modo, analisaremos as instâncias deste controle de modo a discutir em que medida a aplicação da noção de que conhecimento é poder foi essencial para o domínio da fronteira oeste da América portuguesa, bem como as vicissitudes deste processo em Mato Grosso, nomeadamente a questão do sigilo da informação.

Palavras-chave: Mato Grosso, Ciência, Controle Imperial

Resumen

La Capitanía de Mato Grosso en el siglo XVIII es esencialmente vista como una frontera. Sin embargo, el dominio territorial pensado por los agentes del Imperio portugués no fue llevado a cabo por tratados y construcción de fortificaciones. Bajo la égida de la Ilustración, se pudo en práctica toda una red de conocimientos basada en la idea de que la ciencia debería servir al Imperio. El control efectivo del territorio era más complejo que un mero control militar, aunque este fuera de suma importancia. Por consiguiente, vamos a analizar los niveles de este control con el fin de discutir en qué medida la aplicación de la noción de que conocimiento es poder fuera esencial para el dominio de la frontera Oeste de la América portuguesa, así como las vicisitudes de este proceso en el Mato Grosso, señaladamente la cuestión de la confidencialidad de la información.

Palabras clave: Mato Grosso portugués, Ciencia, Control Imperial

Abstract

The Captaincy of Mato Grosso in the eighteenth century is seen as a boundary for excellence. However, the territorial domain thought by agents of the Portuguese Empire was enough not only in treaties and building fortifications. Under the aegis of the Enlightenment, a whole network of knowledge was implemented based on the idea that science should serve the Empire. Effective control of the territory was more complex than the simple military control of the same, although this was paramount. Thus, we analyze the instances of this control in order to discuss what extent the application of the notion that knowledge is power was essential to the area of the western border of Portuguese America, as well as the vicissitudes of this process in Mato Grosso, namely the issue of confidentiality of information.

Keywords: Mato Grosso, Science, Imperial Control

Os tratados e a ocupação do território

A Capitania de Mato Grosso esteve ligada desde sua fundação à questão da fronteira. Suas terras ultrapassavam a linha divisória do Tratado de Tordesilhas (1494) e, durante o século XVIII, acabou sendo alvo de diversas intervenções por parte do Império português com o objetivo de assegurar a expansão interior da colônia.¹ O que vamos discutir neste artigo é como esta condição geopolítica estratégica acabou influenciando o estudo da região. Para isto, analisaremos contextualmente três fatores distintos que ao longo do século XVIII contribuíram para elevar os conhecimentos da Capitania: demarcatório, científico-civilizatório e habitacional. No primeiro grupo estão os tratados de limites e as viagens de demarcação; no segundo, as ações dos governadores da Capitania e as viagens filosóficas, nomeadamente a de Alexandre Rodrigues Ferreira; e como elemento do terceiro e último grupo, a produção técnico-científica da própria população que habitou aquelas terras durante o século XVIII.

O processo de ocupação da região foi parte do movimento de expansão colonial da América portuguesa em busca de ouro, conhecido pela historiografia brasileira por entradas e bandeiras.² Com as descobertas mineralógicas no interior, o processo de povoamento da região aumentou, ainda que o período de grande produção aurífera não tenha sManuel Lucena Giraldo notou o contraste ante a política de expansão portuguesa, frente o relativo abandono espanhol; abandono este que alterou-se na segunda metade do século XVIII com a adoção das reformas borbônicas: Manuel Lucena Giraldo. La delimitación hispano-portuguesa y la frontera regional quiteña, 1777-1804. En:

¹ Manuel Lucena Giraldo notou o contraste ante a política de expansão portuguesa, frente o relativo abandono espanhol; abandono este que alterou-se na segunda metade do século XVIII com a adoção das reformas borbônicas: Manuel Lucena Giraldo. La delimitación hispano-portuguesa y la frontera regional quiteña, 1777-1804. En: *ProcesoS, Revista Ecuatoriana de Historia*. No. 4, 1993.

² Charles Ralph Boxer. *The golden age of Brazil, 1695-1750: growing pains of a colonial society*. Berkeley. University of California Press, 1962; Tadeu Valdir Freitas de Rezende. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006; Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 1957.

ProcesoS, Revista Ecuatoriana de Historia. No. 4, 1993. ido longo. As expectativas auríferas e a necessidade de consolidar as bases desta exploração com suprimentos alimentares, escravos e artigos diversos (como ferramentas ou bens de consumo, como o tabaco) levaram a uma outra frente de interiorização ao Mato Grosso, conhecida por monções.³

Aliado às ações de ocupação e demarcação diretamente coordenadas pela Coroa lusa, o referido processo de interiorização do mundo português, em uma região povoada por indígenas, distinguiu a Capitania enquanto um importante marco geopolítico no conflituoso contexto da definição territorial entre as coroas espanhola e portuguesa.⁴ A posição fronteiriça de Mato Grosso entre ambos impérios era vista pelos membros da burocracia portuguesa como uma barreira de proteção ao avanço hispânico: um antemural.

Este termo, utilizado no século XVIII pelo Conselho Ultramarino,⁵ se deve ao fato de que a manutenção do domínio português na região evitaria o avanço das missões jesuíticas de Espanha, assegurando assim a defesa do interior da América portuguesa.⁶ Figurada enquanto obstáculo à expansão hispânica na América do Sul, a Capitania de Mato Grosso foi por este motivo condicionada nos mais diversos aspectos: no universo da saúde, a grande maioria dos agentes de cura enviados à região eram militares⁷ e, no mundo político-administrativo, muitos dos governadores escolhidos pela Coroa portuguesa para dirigirem a região também o eram.⁸

³ Marlon Marcel Fiori; Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. Doenças e parasitos tropicais na expansão interior do Império colonial português na América: o caso das monções. En: *Revista Territórios & Fronteiras*. Vol. 7, No. 1. Cuiabá, 2014; Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1990.

⁴ Nauk Maria de Jesus. Capitania de Mato Grosso. En: Nauk Maria de Jesus (ed.), *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Carlini & Caniato. Cuiabá, 2011. pp. 64–67. Este processo se deu inclusive com o auxílio de outros governadores, como foi o caso de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Isabel Vieira Rodrigues. *A Política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759)*. En: *Oceanos*. No. 40. Lisboa, 1999.

⁵ Em 1748 o Conselho Ultramarino ao recomendar a criação da Capitânia, emitiu a seguinte declaração: “fazer a Colônia de Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de antemural a todo o interior do Brasil”.

⁶ Nauk Maria de Jesus. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808)*. Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2001. p. 115.

⁷ Nauk de Jesus identificou 38 cirurgiões na região, sendo que destes 20 eram militares: Nauk Maria de Jesus. *Saúde e doença... Op. Cit.* pp. 72–74.

⁸ Maria Delfina do Rio Ferreira. *Das Minas Gerais a Mato Grosso: gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A acção de Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. Mestrado. Universidade do Porto. Porto, 1996. p. 44.

Usualmente empregado pela historiografia brasileira dedicada a investigar o Mato Grosso português, o referido termo tem qualificando a Capitania principalmente devido esta condição geopolítica específica.⁹ Este uso, todavia, não é desproporcionado, pois esta condição de antemural acabou por elevar a consideração da região aos olhos da Coroa lusa. Neste sentido, observar a carreira política dos governadores de Mato Grosso após deixarem o cargo pode ser um interessante elemento para se perceber a importância que a Capitania passou a representar para a política colonial portuguesa: Rolim de Moura foi escolhido como Vice-Rei do Brasil; Luís Pinto de Sousa Coutinho passou a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros e foi Ministro Plenipotenciário para ajustar o tratado de paz de Badajoz; Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres tornou-se membro do Conselho Ultramarino; Caetano Pinto de Miranda e Montenegro ocupou o cargo de governador de Pernambuco e João Carlos d'Oyenhausem e Grevenburg foi governador de Moçambique.

Todavia, esta condição geopolítica não se deu sem conflitos. A indefinição fronteiriça de então, somada à adoção de diversos tratados, terminou por facilitar o avanço de ambas Coroas em zonas que previamente pertenciam à Espanha, mas que eram ocupadas por portugueses. Era prática corrente entre os governadores da Capitania de Mato Grosso escreverem *Instruções* quando deixavam seus postos. Estas cartas eram endereçadas ao sucessor, procurando auxiliar a administração da região, fornecendo informações valiosas aos administradores recém chegados. Nelas, destacam-se a preocupação em conter possíveis investidas e avanços espanhóis, ou por exemplo a necessidade de assegurar a ocupação portuguesa na margem direita do rio Guaporé.¹⁰

A primeira *Instrução*, foi uma carta régia datada de 19 de Janeiro de 1749 para dom António Rolim

⁹ Luiza Rios Ricci Volpato. A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819. São Paulo. Hucitec, 1987; Carlo Eugenio Nogueira. Nos sertões do poente: conquista e colonização do Brasil Central. Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 28. Com uma interpretação parcialmente diferente, André Nicácio Lima defende que o conceito de antemural, usado pelo Conselho Ultramarino, referia-se à repartição de Mato Grosso e não a todo o conjunto da Capitânia. Tal diferença se daria uma vez que a Capitânia estava dividida em duas repartições: o distrito de Mato Grosso (com sede na atual Vila Bela da Santíssima Trindade) e o de Cuiabá: André Nicácio Lima. Mato Grosso e a geopolítica da independência (1821-1823). En: Revista Territórios & Fronteiras. Vol. 5, No. 2. Cuiabá, 2012. pp. 7-8.

¹⁰ Maria Delfina do Rio Ferreira. *Das Minas Gerais a Mato Grosso...* Op. Cit. Capítulo 3.

de Moura Tavares, primeiro governador da recém criada Capitania (1748), e tinha por objetivo instruir o governo de Rolim de Moura a evitar conflitos com os “espanhóis” de Moxos e Chiquitos, bem como a determinava que a região fosse povoada e que uma vila fosse criada. Assim, esta primeira *Instrução* já pontua o caráter distintivo da Capitania enquanto um obstáculo para a entrada castelhana.¹¹ Luís de Albuquerque também recebeu instruções e mais uma vez a condição estratégica da região fica patente.¹² Repassada por seu antecessor, Luís Pinto de Sousa Coutinho, era uma coletânea de memórias redigidas por este acerca dos temas que o antigo governador considerava como mais delicados e de decisão cuidadosa.¹³ Luís de Albuquerque por sua vez também instruiu seu irmão e sucessor na governação da Capitania, tendo, como recentemente salientaram Janaína Amado e Leni Anzai, produzido um conjunto de documentos referentes ao extinto Tratado de Madrid, bem como um “Mapa geral de todo o estado do Brasil”.¹⁴

Além das *Instruções*, é notável o esforço desempenhado pelo filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira e por Luís Pinto de Sousa Coutinho no que concerne à proposição de ideias acerca da “melhor” linha divisória a ser empregada. Segundo Osvaldo Rodrigues da Cunha, dom Rodrigo de Souza Coutinho ordenou que Alexandre Rodrigues Ferreira produzisse a memória sobre as terras do Cabo do Norte,¹⁵ de modo a reforçar o tratado de paz a ser celebrado em Badajoz em 1801. Todavia, a obra não foi apresentada, uma vez que Portugal cedeu territórios entre a Fortaleza de Macapá e o

¹¹ Instruções dadas pela rainha ao governador da capitania de Mato Grosso D. Antônio Rolim de Moura em 19 de Janeiro de 1749 da Rainha para D. Antônio Rolim de Moura Tavares. En: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 55. Rio de Janeiro, 1892. pp. 381–390.

¹² Escrita por Martinho de Mello e Castro, esta Instrução termina por determinar que cartas e demais papéis de seus antecessores lhe deveriam servir também como Instruções para o melhor governo da região. AHU. Instruções que levou Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres quando foi nomeado governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso (13 de Agosto de 1771), Apud Gilberto Freyre. Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Cuiabá. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. pp. 167-175.

¹³ Instrução de Luís de Souza Coutinho para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. [Vila Bela, 24 de dezembro, 1772]. En: Marcos Carneiro de Mendonça. Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro. Xerox, 1985.

¹⁴ O citado mapa, encontra-se no National Archives e foi recentemente publicado por Renata Araujo e, como se poderá perceber adiante, é consequência direta das intervenções na região. National Archives. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Nova Carta da América Meridional [...]. En: Renata Araujo. Os Mapas do Mato Grosso: o território como projeto. En: Terra Brasilis (Nova Série) [Online]. Vol. 4, Online desde 13 Fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/1230>>.

¹⁵ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira. Propriedade e Posse das Terras do Cabo do Norte, pela Corôa de Portugal deduzida dos Annaes Históricos do Estado do Maranhão, e de algumas Memórias, e Documentos, por onde se achão dispersas as suas Provas. 24 Abril 1792.

rio de Pedreira.¹⁶ Luís Pinto de Souza Coutinho também escreveu um histórico de tratados, legitimando as porções ocupadas pelos portugueses, mas no final de sua obra Souza Coutinho defendeu a cessão de toda a borda setentrional do rio Amazonas à Espanha e também uma parte do lado meridional em troca de toda a borda setentrional e oriental do rio da Prata e Paraguai.¹⁷

Em outras palavras, este indefinido processo acabou criando situações de conflito entre os administradores na América, principalmente depois do Tratado anulatório de El Pardo (1761), que aboliu o Tratado de Madrid (1750). Entre 1763 e 1766, por exemplo, Mato Grosso se viu em combate com tropas espanholas que, se dominado o Forte de Coimbra, permitiria o controle da região, impedindo o acesso fluvial à São Paulo.¹⁸ Em 1777, veio a lume o Tratado de Santo Ildefonso, que buscava pacificar ambas coroas e estabelecer as fronteiras, acabando com as disputas territoriais. Com este tratado, assegurava-se por exemplo o domínio espanhol nas Missões, mas a navegação do Jauru seria privativa dos portugueses, tendo para isso servido de fundamentação para a posse do território diversas fortificações e vilas estabelecidas previamente pelos portugueses em Mato Grosso (em especial, como se verá adiante, Vila Maria e o Forte Príncipe da Beira).¹⁹ Além disso, foram construídos pelos espanhóis os fortes de Bourbon (1792) na margem ocidental do rio Paraguai e o Forte de San Carlos (1793) na margem oriental do mesmo rio.²⁰ Essas ações não estavam isoladas, uma vez que tropas portuguesas realizavam o mesmo tipo de procedimento, inclusive não tendo destruído as fortificações construídas sob a égide do Tratado de Madrid e, portanto, ilegais de acordo ao Tratado de El Pardo. Os conflitos entre os governadores fronteiriços prolongaram-se até o final do século, apenas diminuindo depois da assinatura do Tratado de

¹⁶ Osvaldo Rodrigues da Cunha. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 34.

¹⁷ Biblioteca da Ajuda. Luis Pinto de Souza Coutinho. Memoires de son Excellence Mr. Louis Pinto de Souza Coutinho, Vicomte de Balsemão. Sur les contestations entre les Couronnes d'Espagne et de Portugal, relatives à ses possessions dans l'Amérique Meridionale, selon les epoques et les traits. 1778.

¹⁸ Maria Delfina do Rio Ferreira. Das Minas Gerais a Mato Grosso... Op. Cit. p. 48; pp. 112–115.

¹⁹ BNL. Tratado Preliminar de Paz e de Limites na América Meridional relativo aos Estados que nela possuem, as Coroas de Portugal e de Espanha, assinado em Madrid pelos plenipotenciários de Suas Majestades Fidelíssima e Católica em primeiro de Outubro de 1777 e ratificado por ambas as Majestades. Lisboa. Regia Officina Typografica, 1777.

²⁰ *Ibidem*. pp. 9–16; pp. 92–121.

Badajoz (1801).²¹

Ainda assim, há que se perceber que a história dos tratados e limites tem sido contada na historiografia luso-brasileira por diversos autores como uma história do sucesso português. Os espaços antes espanhóis, são usualmente lembrados como uma vitória lusa e consequente perda irreparável para o Império espanhol, em grande medida devido a sequência de alterações no mapa da América que consolidou-se portuguesa à partir do Tratado de Madrid. Estes trabalhos procuram observar cronologicamente a incorporação ao domínio português de toda a porção ocidental da América além-linha de Tordesilhas neste tratado (1750), sua reintegração aos castelhanos devido o

Tratado anulatório de El Pardo (1761) e a “confirmação” da posse lusa com a assinatura dos tratados de Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801). Assim, assume-se um conjunto de esforços portugueses ao longo de toda a segunda metade do século XVIII para manter o controle geopolítico na região e oficializar tal domínio.

Mas, ainda que possível e em alguns casos atrelada a contextos específicos – como por exemplo a produção historiográfica portuguesa abertamente Salazarista – esse tipo de leitura deixa de observar questões essenciais. Neste sentido propomos aqui uma análise, ainda que em certa medida relacionada à perspectiva portuguesa deste processo, que se disponha a investigar consequências específicas das discussões acerca dos limites imperiais na América: o conhecimento científico sobre a Capitania de Mato Grosso.

Império e ciência na produção de saberes sobre o Mato Grosso português

Partindo de uma posição secundária frente as demais capitanias da América portuguesa, Mato Grosso foi reestruturado na ordem de valores do Império português. Com uma posição de destaque

²¹ Sobre estes conflitos, cf. especialmente as disputas portuguesas frente os governadores dom Lázaro de Ribera, Melchior Rodrigues Barreolueno e dom Miguel Zamora no Arquivo Histórico Ultramarino.

principalmente devido à questão geoestratégica, a atenção das autoridades régias e a manutenção da Capitania passou a ser ponto nevrálgico para a conservação de toda a América portuguesa. Mas a atenção dada à Capitania não se restringiu ao estabelecimento de fortes e destacamentos militares.

As viagens promovidas com a finalidade de determinar as fronteiras a se estabelecer, revelaram que a cartografia da região interior da América ainda era imprecisa.²² Neste sentido, as disputas fronteiriças entre ambas coroas criou uma necessidade de realmente conhecer o território e, enquanto fruto deste processo, toda uma sorte de cartógrafos (ou astrônomos, como eram denominados) puseram-se a melhor delinear a região.

Ângela Domingues salientou a diferença entre as comissões de limites dos anos 1750 e 1780, principalmente devido a formação de uma estrutura relacionada ao Iluminismo em Portugal, especialmente visível na reforma da Universidade de Coimbra.²³ Foi por meio desta concepção ilustrada que as comissões de demarcação adentraram o interior da América a fim de definir os limites entre ambos Impérios e ao mesmo tempo dar a conhecer a natureza americana, bem como seus habitantes e culturas. Os demarcadores receberam ordens de não apenas anotar dados referentes à suas funções (como as latitudes das localidades identificadas como sendo portuguesas, por exemplo), mas igualmente que marcassem as:

*qualidades naturaes dos Paizes, os habitantes que nelles vivem e os seus costumes; ou Animaes, Aves, Plantas, Rios, Lagoas, Montes [...]; fazendo todo o possível por que as suas observaçoens e diligencias sejaõ exactas; e, para que possõo tambem servir para o adiantamento das Sciencias e progresso que fizerem na Historia Natural, e observaçoens Fyzicas, e Astronomicas.*²⁴

E se as ordens dadas aos demarcadores pressupunha a recolha de informações sobre as populações da região e de produtos naturais ali presentes, devemos observar que tanto as comissões

²² Ângela Domingues. Formas de intervenção no espaço amazónico em finais do século XVIII: Política, ciência e aventura. Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1988. p. 59.

²³ *Ibidem*. pp. 37–38.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Negro, cx. 3, doc. 5, de 20 de Setembro de 1754, fl. 19. Apud Ângela Domingues. Formas de intervenção no espaço amazônico... Op. Cit. p. 63.

demarcadoras, quanto a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira receberam apoio financeiro e logístico dos administradores locais, sob ordem vinda de Lisboa; uma vez que eram todos parte de um projeto maior.

Assim, estes três elementos compõem de modo singular as tentativas de controle imperial, por meio de diversas ações que incluíam o conhecimento amplo dos domínios coloniais e não apenas de sua geografia e limites territoriais. Prova da importância das comissões demarcadoras e da viagem de exploração de Alexandre Rodrigues Ferreira para assegurar os domínios portugueses no interior da América, foi a dívida adquirida por Mato Grosso. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, então governador da Capitania, chega a reclamar das elevadas dívidas que as demarcações tinham provocado e que se agravariam com a chegada da expedição de Ferreira.²⁵ Esta concomitância foi analisada por Ângela Domingues, que defende terem ambas coincidido de modo planejado pela Coroa.²⁶

Diversas foram as comissões demarcatórias que levaram especialistas de distintos segmentos do saber ilustrado ao interior da América então em litígio. Estas comissões foram estabelecidas de modo a auxiliar as discussões dos tratados e/ou confirmar em mapas acurados o que se estava a discutir. Estabelecida pelo Tratado de Madrid, deixou Francisco Xavier de Mendonça Furtado como primeiro comissário, pelo lado português e dividiu-se em dois grupos que deveriam fazer o levantamento das regiões Norte e Sul, divididas em três frentes de trabalho, então chamadas “partidas”. Foram encarregados da porção Norte homens como Antônio José Landi, João André Schwebel, Gaspar João Geraldo Gronsfeld,²⁷ Adão Leopoldo Breunig, Enrico Antonio Galluzzi, Sebastião José da Silva, Felipe Sturm. Sob o comando de Gomes Freire de Andrade, José Custódio

²⁵ Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Carta de Luís Albuquerque, para Tristão de Castro. 5 de Março de 1789. En: Américo Pires de Lima (ed.). O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira: Documentos coligidos e prefaciados. Lisboa. Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 285-286.

²⁶ Ângela Domingues. Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura. Lisboa. Instituto de História de Além-mar, 1991.

²⁷ Embora seus trabalhos tenham se dedicado sobremaneira à região amazônica, é interessante notar que há de sua autoria plantas das vilas de Cuiabá e Vila Bela.

de Sá e Faria, Miguel Antônio Ciera e José Fernandes Pinto Alpoim estavam delegados para a porção Sul.

Por sua vez, a comissão que adveio em decorrência do Tratado de Santo Idelfonso, ocorreu entre os anos 1777-1795. Com quatro partidas separadas, teve do lado castelhano a figura modelar de Félix de Azara a compor a terceira delas e, como já referido, também a coincidir com a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira. Estiveram presentes Ricardo Franco de Almeida Serra, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, Joaquim José Ferreira, Francisco José de Lacerda e Almeida, Antônio José de Araújo Braga, José Joaquim Vitório da Costa, Francisco de Almeida Gomes, Manuel da Gama

Lobo de Almada, Theodósio Constantino de Chermont, João Baptista Mardel, Euzébio Antônio de Ribeiros, Pedro Alexandrino Pinto de Souza, Severino Euzébio de Matos, José Simões de Carvalho e contou com João Pereira Caldas como primeiro comissário.

No que se refere a Mato Grosso, as segunda e terceira partidas deveriam em conjunto subir o rio Jauru em direção ao rio Madeira (a primeira era restrita ao Sul e a quarta à bacia do rio Amazonas). Mas para a Capitania de Mato Grosso foi a terceira delas quem mais produziu conhecimentos sobre a região, sob as ordens do governador Luís de Albuquerque e tendo Francisco José de Lacerda e Almeida como primeiro comissário. Lacerda elaborou um *Mapa do leito dos rio Taquari, Coxim, Camapuã, Varadouro de Camapuã, Pardo, Paraná, Tietê; e caminho de terra desde a freguesia de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Araritaguba, até a cidade de São Paulo (1789)*, que em outras palavras era o conhecido caminho das monções do sul.²⁸ Neste sentido de concomitância entre as comissões e a viagem de Ferreira, a carta produzida Antônio Pires da Silva Pontes Leme é ainda mais destacável, pois valeu-se da documentação da viagem de Ferreira para produzir o mapa.²⁹

²⁸ Janaína Amado; Leni Anzai. Luís de Albuquerque: Viagens e governo na Capitania de Mato Grosso, 1771–1791. São Paulo. Fundação Odebrecht, 2014. pp. 284-285.

²⁹ Nelson Sanjad; Ermelinda Pataca. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. En: Colóquio luso-brasileiro de história da arte. Vol. 7. 2007. Porto. pp. 428-429.

Como já salientamos acima, estes homens foram incumbidos de catalogar e descrever as regiões da fronteira americana com Espanha, mas também num olhar que integrasse o homem inserido nestes elementos. Assim, diversos mapas foram produzidos por exemplo por José Joaquim Vitório da

Costa,³⁰ ou Ricardo Franco de Almeida Serra, que elaborou o importante mapa *Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanhoes, aelles adjacentes* (1777). Mas também houve contribuições outras, como diário de Antônio Pires da Silva

Pontes Leme, em que podemos notar a preocupação, por exemplo, para com os métodos de mineração e a extração de ferro (uma inquietação que seria também vista nos escritos do autor local José Barbosa de Sá).

Todo este conhecimento, todavia, não foi produzido de forma igualitária, uma vez que algumas regiões não se beneficiaram do trabalho dos demarcadores.³¹ Ainda assim, para o caso de Mato Grosso, as comissões de demarcação também produziram um maior conhecimento da região. Focando na cartografia, poderíamos comparar os mapas históricos que retratam a Capitania: por meio deles se pode perceber que o interior da colônia era desconhecido e perpetuava-se a concepção da existência da Lagoa de Xaraies (Figuras 1 e 2).³² Um conhecimento que foi sendo aperfeiçoado com as sucessivas comissões demarcadoras.

Jean Baptiste Bourguignon d'Anville também retratou a Lagoa de Xaraies. Um retrospecto das mudanças realizadas nos mapas de d'Anville e a relação destes com o papel desempenhado por dom Luís da Cunha na construção cartográfica do Brasil foi discutido por Júnia Furtado. A autora defende que a opção pela representação da Lagoa foi devido à ausência de mapas e roteiros recentes

³⁰ BNRI. José Joaquim Vitório da Costa. Carta geographica das viagens feitas nas capitanias do Rio Negro e Mato Grosso desde o anno de 1780 até 1789 para servirem de base a demarcação dos limites das ditas Cap.^{tas} a respeito dos domínios Hespanhoes a ellas contíguas. [18--].

³¹ *Ibidem*. p. 60

³² Para uma discussão sobre o tema, cf. Maria de Fátima Costa. História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo. Estação Liberdade, 1999.



Figura 1: Detalhe do mapa elaborado pelo influente Guillaume Delisle em 1700, com a Lagoa de Xaraies ao centro³³

sobre Mato Grosso, além do fato de que dom Luís da Cunha não teria fornecido mapas da região para d'Anville.³⁴ Portanto, mesmo durante o processo inicial das discussões sobre os limites das Américas portuguesa e hispânica, a Capitania de Mato Grosso não era propriamente conhecida pelas autoridades lusas.

Todavia, no final do século XVIII, depois de uma maior intervenção na região em grande parte decorrente das comissões de demarcação, surgem representações próximas à realidade geográfica local, que deixam de representar a mítica Lagoa, como a *Extension e situacion de los gobiernos de*

³³ University of Bern. Guillaume Delisle. *L'Amérique meridionale: dressée sur les observations de M. rs de l'Academie Royale des Sciences quelques autres, sur les memoires les plus recens.* Paris. Chez l'auteur sur le quai de l'Horloge, 1700.

³⁴ Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptista Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil.* Belo Horizonte. EdUFMG, 2012. p. 440.

Xaraies, assinala que aquela região era um “terreno inundado por el qual se navega de Cuyaba para Matogroso”. O maior conhecimento da região, suprimiu a Lagoa de Xaraies da representação cartográfica e embora diversos cartógrafos europeus continuassem a simbolizá-la no centro da



Figura 3: Detalhe do citado mapa que não representa a Lagoa de Xaraies. Nele, Cuiabá é representada pela letra C e “Matogroso” pela letra B.

América do Sul, os viajantes e naturalistas que passaram pela Capitania não mais representaram a

dita Lagoa.³⁸ Quando muito, como fez Juan de la Cruz Cano y Olmedilla em seu *Mapa Geográfico de America Meridional* (1775), os cartógrafos (e citamos Olmedilla justamente por não ser português) mantiveram o nome Xaraies, para designar as cheias do Pantanal, mas explicavam o que seria esta: “Pantanos que se inundan formando en sus crecientes la Laguna de Xarayes”.³⁹

O desconhecimento da região por parte das autoridades régias foi atenuado muito devido às comissões de demarcação, principalmente no que respeita às questões cartográficas. Podemos notar neste sentido o mapa produzidos por José Custódio de Sá e Faria.⁴⁰ Nele uma pequena porção geográfica é retratada, mas o detalhe e atenção do registro devem ser levados em consideração, principalmente porque esta era uma região pouco conhecida até então.

Assim, poderíamos dizer que se do lado espanhol, Felix de Azara “foi brilhante nos trabalhos de levantamento que executou”,⁴¹ do lado português também houve demarcadores que desenvolveram suas atividades em terras de Mato Grosso, gerando um maior conhecimento sobre a região e seus povos.

Talvez um dos mais importante destes demarcadores que passou pela Capitania de Mato Grosso tenha sido Ricardo Franco de Almeida Serra. Almeida Serra elaborou diversos mapas tendo a Capitania como foco. Seu *Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé...* distingue a possessão portuguesa por meio da cor vermelha⁴² e retrata desde o Forte Príncipe da Beira (ao norte da Capitania) até ao de Coimbra (ao sul da mesma). Além de pontuar as povoações, Almeida Serra apontou o caminho de Cuiabá à capital Vila

³⁸ BNRJ. Extension e situacion de los gobiernos de Sta. Cruz de la Sierra, Matogroso, Cuyaba, y pueblos de los indios llamados los Chiquitos. 1789.

³⁹ BNRJ. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. *Mapa Geográfico de America Meridional*. 1775.

⁴⁰ José Custódio de Sá e Faria, “Demonstração de huã porção do Rº Paraguay para intelligencia da situação do estreito, que as partidas demarcadoras denominarão de Sam Francisco Xavier. [17--].

⁴¹ Maria Dulce de Faria. A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional. En: Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Brasil.

⁴² BNRJ. Ricardo Franco de Almeida Serra. *Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanhoes, aelles adjacentes*. 1777.

Bela e não há qualquer menção à Lagoa de Xaraies. Ainda mais expressivo desta eliminação da ideia de uma Lagoa de Xaraies, no *Mappa geographico da capitania de Matto Grosso*,⁴³ Almeida Serra explicou o atual Pantanal como uma “inundação do Paraguai”. Mas além de mapas para o maior conhecimento da região, Almeida Serra escreveu a obra *Reflexões sobre a capitania de mato grosso*.⁴⁴

Outros que igualmente descreveram Mato Grosso receberam homenagens póstumas: Pontes e Lacerda, cidade situada no vale do rio Guaporé, deve seu nome a Francisco José de Lacerda e Almeida e a Antônio Pires da Silva Pontes Leme. Lacerda era doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra e tornou-se membro da Real Academia das Ciências de Lisboa ainda enquanto estava a demarcar territórios na América por ter enviado seu diário de viagem e memória a respeito dos rios e das missões de Magdalena, Conceição e S. Joaquim. Sua principal contribuição foi o diário da viagem que realizou de Vila Bela a Santos.⁴⁵

Também doutor em Matemática por Coimbra, Pontes Leme igualmente enviou documentos à Academia das Ciências de Lisboa e atuou na mesma, defendendo memórias que havia executado quando de sua viagem pelo interior do Brasil. São significativas deste sentido, sua leitura da memória sobre as partes interiores do Brasil e uma memória sobre a Lagoa de Xaraies.⁴⁶ Além destas, Pontes Leme escreveu uma intrigante *Memoria sobre os Homens Selvagens da America*

⁴³ BNRJ. Ricardo Franco de Almeida Serra. *Mappa geographico da capitania de Matto Grosso*: no qual mappa vão configurados exactamente os rios Amazonas, Negro, Madeira, parte do Mamoré, Guaporé, Itunamas, Baurés e os terrenos desde villa Bella até a do Cuiabá, e a extrema com a provincia hespenholla de chiquitos assim como os rios Jaurú, Paraguay, Cuiabá, Taguarí, Cochim, Pardo e Tieté. Correctos todos segundo as obsseruações astronomicas que em todos se fiserão. Rio de Janeiro. Lith. Arch. Militar, 1853.

⁴⁴ Ricardo Franco de Almeida Serra. *Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso*. Cuiabá. Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

⁴⁵ Francisco José de Lacerda e Almeida. *Diário da Viagem de Vila Bela Capital da Capitania de Mato Grosso até Vila e Praça de Santos na Capitania de São Paulo*. Transcrito por Magnus Roberto de Mello Pereira e Rosângela Maria Ferreira dos Santos. De 13 de Setembro de 1788 a 13 de Maio de 1790.

⁴⁶ Péricles Pedrosa Lima. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Mestrado. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009. p. 125.

Antônio Pires da Silva Pontes Leme. *Memoria sobre os Homens Selvagens da America Meridional*. En: *Memorias Economicas e Fizas que não tiveram lugar nas collecçoens da Academia*. Tomo 1. Lisboa, 1792.

*Meridional*⁴⁷ e fora da Capitania de Mato Grosso, uma pequena *Memória sobre a casca de Cunga-assá*.⁴⁸

O matemático José Joaquim Victorio da Costa delineou caminhos fluviais para Mato Grosso e representou aldeias e vilas da Capitania, tendo ainda assinalado que havia fronteiras por se definir:

*A fronteira da Capitania do Rio Negro [...] he ainda hoje (1797) indeterminada na maior parte. A linha tortuosa indica o limite dentro do qual, segundo as viagens feitas não se encontrou estabelecimento algum estrangeiro [...].*⁴⁹

Portanto, se é inegável que a Capitania de Mato Grosso foi um “antemural” em defesa dos interesses do Império português, devemos reconhecer que este só foi possível na medida em que as comissões demarcatórias permitiram um maior conhecimento da região, tanto geográfica, quanto etnograficamente.

Mas além das viagens demarcatórias, outras intervenções também foram base para o estudo do mundo natural e das culturas que viviam em Mato Grosso. Igualmente aliada ao plano imperial de controle da América portuguesa, a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira relacionou-se fortemente com o trabalho dos demarcadores no extremo oeste da América,⁵⁰ com o diferencial de que Ferreira teria de realizar uma pesquisa mais filosófica (científica), como diziam, voltada para os índios, os rios e o mundo natural à volta e menos demarcatório, embora não sem descuidar-se deste elemento.

Os elementos científicos da viagem de Ferreira tem sido sobremaneira debatidos nos anos recentes.

⁴⁷ Antônio Pires da Silva Pontes Leme. *Memoria sobre os Homens Selvagens da America Meridional*. En: *Memorias Economicas e Fizicas que não tiveram lugar nas collecçoens da Academia*. Tomo 1. Lisboa, 1792.

⁴⁸ Antônio Pires da Silva Pontes Leme. [*Memória sobre a casca de Cunga-assá*] *Carta de Antonio Pires da Silva Pontes*. 1802.

⁴⁹ BNRJ. José Joaquim Victorio da Costa. *Carta geographica das viagens feitas nas capitancias do Rio Negro e Mato Grosso [...]*. Op. Cit.

⁵⁰ Ângela Domingues. *Viagens de exploração geográfica na Amazónia...* Op. Cit.

Sua obra possibilitou o conhecimento diverso da vida no Mato Grosso português. Ferreira retratou etnias,⁵¹ as condições de saúde⁵² e o mundo natural da região.⁵³ Inserida no processo de “conhecimento e exploração do território”,⁵⁴ a viagem de Ferreira era parte de um procedimento imperial que queria cartografar as fronteiras em litígio com Espanha, mas também administrar os saberes e artefatos dos povos sob domínio.⁵⁵ Não em vão que Ferreira acabou por ser direcionado para Mato Grosso. Embora não fosse dedicado interesse exclusivamente aos produtos minerais, a ordem era de que a expedição tivesse atenção especial a eles.⁵⁶

Já salientamos que o interesse da Coroa portuguesa no posse interior da América e ao mesmo tempo no domínio utilitário dos produtos naturais disponíveis pode ser percebido pelas já apresentadas relações entre as comissões demarcatórias e a viagem de Ferreira, mas estas inter-relações ficam explícitas quando notamos que em carta do Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, irmão e sucessor do famoso Luís de Albuquerque, as investigações do demarcador Ricardo Franco de Almeida Serra foram utilizadas como base para que Ferreira fosse ordenado a investigar localidades e regiões no interior de Mato Grosso.⁵⁷

⁵¹ Alexandre Rodrigues Ferreira. Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Brasília. Conselho Federal de Cultura, 1972.

⁵² Angela Porto (ed.). Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008.

⁵³ Maria de Fátima Costa. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. En: História, Ciências, Saúde — Manguinhos. Vol. 8 (suplemento). Rio de Janeiro, 2001; Ronald Raminelli. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. En: História, Ciências, Saúde — Manguinhos. Vol. 8 (Suplemento). Rio de Janeiro, 2001; Eulália Maria Aparecida de Moraes; Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. Filosofia Natural lusa: A Viagem Philosophica e a política iluminista na América portuguesa setecentista. En: Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani. Vol. 4, No. 1. Bologna, 2012.

⁵⁴ Jean Luiz Neves Abreu. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. En: História, Ciências, Saúde — Manguinhos. Vol. 14, No. 3. Rio de Janeiro, 2007. p. 772.

⁵⁵ Rafael Dias da Silva Campos. Rebeldes médicos: sedição e teses médicas de luso-brasileiros em Montpellier. Doutorado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, [2016] em andamento.

⁵⁶ Caldas, João Pereira. Carta de João Pereira Caldas para o Dr. Alexandre [Rodrigues Ferreira]. 23 de Agosto de 1788. En: Américo Pires de Lima (ed.). O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira: Documentos coligidos e prefaciados. Lisboa. Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 267-271.

⁵⁷ Cáceres, João de Albuquerque de Melo Pereira e. Cópia da Carta para o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. 16 de Maio de 1790. En: Américo Pires de Lima (ed.). O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira: Documentos coligidos e prefaciados. Lisboa. Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 302-303.

Ferreira ficou por nove anos pelo interior da América, sendo destes dois em Mato Grosso (entre 1789 e 1791).⁵⁸ As memórias que este filósofo natural enviou à Coroa serviram não apenas para um maior conhecimento geral da natureza regional, com seus animais estranhos e por vezes assustadores, mas também para a identificação das potencialidades e fragilidades na defesa contra os castelhanos. Neste sentido, Costa notou o papel desempenhado pela expedição de Ferreira enquanto elemento necessário para a maior compreensão da região, na medida em que Luís de Albuquerque havia incumbido os demarcadores a realizarem estudos acerca das defesas da Capitania, estudos estes que apontaram os rios do Pantanal como possíveis meios de entrada. Não foi, como se pode perceber, por mero apreço arquitetônico que Ferreira enviou inúmeros prospectos e plantas de vilas, aldeias e fortes da região para a Coroa. As imagens representadas por José Joaquim Freire e Joaquim José Codina do interior da América retratam barcos de guerra portugueses, tipos de embarcações e técnicas de navegação utilizadas pelos indígenas, cartas hidrográficas, prospectos de cachoeiras (uma barreira natural ao avanço das embarcações),⁵⁹ toda uma sorte portanto de representações da estrutura imperial implementada na região.

Mas se essa produção é hoje tida por valiosa, temos de perceber porque razão não foi divulgada em sua época. Neste sentido, Osvaldo da Cunha lembra que o governo português não tinha interesse em publicar a obra de Ferreira, servindo apenas para a instrução dos burocratas à serviço da Coroa.⁶⁰ Neste sentido, Ângela Domingues salientou que a informação não era publicada, mas sim normalmente guardada (muitas vezes em más condições) e, portanto, não era colocada à exposição.⁶¹ Em relação a esta especificidade dos saberes produzidos a serviço da Coroa portuguesa, Suelme Fernandes também defende que a ausência de registros dos documentos de Mato Grosso nas fontes

⁵⁸ Eulália Maria Aparecida de Moraes; Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. *Filosofia Natural lusa [...]*. Op. Cit.

⁵⁹ Estas imagens podem ser encontradas online, na Biblioteca Nacional Digital, programa de digitalização da BNRJ. A obra publicada pelo Conselho Federal de Cultura possui dois volumes com as estampas da *Viagem Filosófica: Ferreira, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792*. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura, 1971. (Vol. 1: Geografia-Antropologia, Vol. 2: Zoologia).

⁶⁰ Osvaldo Rodrigues da Cunha, *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira*. Op. Cit. p. 27.

⁶¹ Ângela Domingues. *Na confluência da política, da diplomacia e da ciência: a fronteira na Amazônia colonial*. En: *Seminário Permanente de História do Brasil*. Lisboa, 2013.

locais fosse provavelmente devido ao sigilo.⁶²

Comparativamente ao Grão-Pará e Maranhão, Mato Grosso não se beneficiou tanto das demarcações. Todavia, podemos defender que a ida de filósofos para a região, juntamente com o contingente de demarcadores, foram uma oportunidade que permitiu um maior conhecimento daquele domínio colonial.⁶³ A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino permite notar que diversos requerimentos de governadores da Capitania de Mato Grosso foram enviados no mesmo período que as demarcações, solicitando ou à Coroa ou a outras regiões, como o Grão-Pará, homens e bens para a Capitania. Portanto, embora relativamente em menor número, estes homens à serviço da Coroa representaram uma alteração significativa fosse na quantidade, fosse na qualidade da produção científica acerca da região.

Somado às demarcações e às viagens filosóficas (que também tinha intuito imperial),⁶⁴ a governação na região também foi componente importante para a fixação dos domínios coloniais, que teve como elemento de controle um maior conhecimento sobre as terras e gentes do lugar. O mapa do Tomas de Souza, produzido à mando do governador de Goiás é exemplo deste elemento.⁶⁵ O estabelecimento de um domínio imperial na região oeste da América portuguesa dependia da ação direta dos governadores, mas o que não se tem percebido com a devida relevância é que estas ações não eram apenas no sentido geopolítico.

No caso específico dos governadores de Mato Grosso, os que mais realizaram intervenções no sentido de ampliar os saberes acerca deste longínquo domínio foram Luis Pinto de Souza Coutinho

⁶² Suelme Evangelista Fernandes. Cartografia. En: Nauk Maria de Jesus (ed.), Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial. Carlini & Caniato. Cuiabá, 2011.

⁶³ Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. En: História, Ciências, Saúde — Manguinhos. Vol. 8, No. Suplemento, 2001.

⁶⁴ Ronald Raminelli. Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância, São Paulo. Alameda, 2008; Ronald Raminelli. Ilustração e império colonial. En: História (São Paulo). Vol. 31, No. 2. São Paulo, 2012; Diogo Ramada Curto. Uma tipologia compósita do conhecimento imperial. En: História (São Paulo). Vol. 31, No. 2. São Paulo, 2012.

⁶⁵ Universidade de Coimbra. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Observatório Astronômico. Tomás de Souza. Carta geographica da America Portuguesa ou terreno americano. 1775.

(1769-1772), Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1771-1789), Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1796-1803). Neste sentido, as ações de Luís Pinto de Souza Coutinho são destacáveis. Seus anseios de confirmar a posse portuguesa daquelas terras, está documentado no AHU, onde se pode perceber todo um esforço de povoar Vila Bela, de modo a definir como portuguesa aquelas terras; inclusive fomentando a ida de habitantes de Cuiabá para aquela vila. “Elementos discursivos enfáticos”, como ponderou Renata Malcher de Araujo, as vilas significavam a ocupação política do território e pouco auxiliava a sede de domínio luso ocupar uma região desprovida de valores econômicos ou estratégicos.⁶⁶

É onde justamente o conhecimento ilustrado iria auxiliar o controle que a Coroa portuguesa esperava exercer na região, seja pela produção de informação sobre quais regiões habitavam as etnias indígenas mais resistentes, seja pelos lucros advindos do conhecimento de quais minérios, plantas, animais e suas “qualidades” respectivas, ou mesmo os locais em que se poderia realizar uma melhor defesa contra ataques surpresa.

Não foi em vão que as ações de Souza Coutinho não ficaram restritas à geopolítica. Este governador encarnou o anseio imperial de conhecimento dos povos sob os auspícios da Coroa e assim como Luís de Albuquerque correspondeu-se com Domenico Vandelli, conformando toda uma rede imperial de informação sobre a região. Nas palavras de Ermelinda Pataca “[Souza Coutinho] era um elemento chave para o estabelecimento de uma rede de correspondentes do diretor do Museu da Ajuda [Vandelli] na América Portuguesa, indicando o que deveria ser requisitado de cada região e as pessoas que poderiam ser correspondentes”.⁶⁷

Quando governador, Luís de Albuquerque levou consigo um séquito de ilustrados e em sua viagem

⁶⁶ Renata Malcher de Araujo. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. En: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. Vol. 20, No. 1. São Paulo, 2012.

⁶⁷ Ermelinda Moutinho Pataca. Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006. p. 46.

para Vila Bela escreveu um roteiro da viagem.⁶⁸ Exerceu significativo papel para assegurar o domínio português na região, sendo o mais comemorado dos governadores da Capitania. Como notou Nauk de Jesus, ele “preparou o terreno para o Tratado de Santo Idelfonso”, de modo que quando este fosse ratificado o Império português possuísse efetivo domínio em diversas localidades da fronteira oeste.⁶⁹ Assim, são exemplos indiscutíveis de seus esforços pelo controle da região, inclusive após o citado tratado, as fortalezas de Bragança (1771), Coimbra (1775), Nossa Senhora da Conceição (1765), e Príncipe da Beira (1776) e as povoações de Viseu (1776), Albuquerque (1778), Vila Maria do Paraguai (1778), São Pedro D’el Rei (1781) e Casalvasco (1783).

Da Relação dos manuscritos conservados na Casa da Ínsua [residência da família Albuquerque em Penalva do Castelo, Portugal] *que importam à biografia de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres*, são especialmente relevantes para nossa discussão os: “Livro com desenhos coloridos de borboletas e outros insectos e animais de Mato Grosso”; “Observações astronómicas na América Meridional, feitas nas viagens de Luiz de Albuquerque; zona norte do Brasil”; “Album com 215 desenhos coloridos de pássaros e 2 do cajueiro”; “Album com 100 desenhos de animais e 50 plantas”⁷⁰ e sua coleção cartográfica.⁷¹ Observadas em seu conjunto, estas obras seguiram o mesmo destino daquela elaborada por Alexandre Rodrigues Ferreira, ou seja, ficaram guardadas e, em alguns casos, foram analisadas pelos membros do Conselho Ultramarino. Todavia, as demais, como os desenhos de Luís de Albuquerque, ficaram esquecidas ao tempo.⁷²

⁶⁸ Gilberto Freyre. Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Vol. 1. Comentário. Lisboa. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968. p. 110; pp. 144–145.

⁶⁹ Nauk Maria de Jesus. O Governo local na Fronteira Oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados. EdUFGD, 2011, p. 28.

⁷⁰ Gilberto Freyre. Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Vol. 2. Documentário. Lisboa. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968. pp. 193–196. Estes documentos estão arquivados na Casa da Ínsua.

⁷¹ João Carlos Garcia. A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

⁷² Para uma análise do gabinete de História Natural de Luís de Albuquerque e Souza Coutinho, cf. João Carlos Pires Brigola. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial: os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. En: Francisco Ribeiro da Silva (ed.). Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2004.

A cartografia da região também recebeu especial atenção de Luís de Albuquerque e para além das produções já citadas convém observar a *Carta em q se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré a principiãr em Va. Bella captal. do Mato Grosso* (1776?). Esse mapa traçava não somente o caminho fluvial, mas também os trechos por terra percorridos entre as localidades de Vila Bela até o rio Madeira, portanto o trecho da Capitania de Mato Grosso que depois seguiria pelo rio Madeira até o rio Amazonas para então chegar a Santa Maria de Belém, ou seja, a rota das Monções do Norte.

As obras que foram analisadas pelas autoridades régias estavam especialmente ligadas à produtos considerados pela Coroa como potencialmente úteis. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, por exemplo, empregou considerável esforço em encontrar a árvore da quina.⁷³ Reclamando da falta de filósofos na capital, e mesmo nas demais capitais do Brasil, Montenegro informou às autoridades régias que havia enviado um desenho com a árvore da quina, para servir de ilustração e facilitar sua identificação:

[...] Para a Vila do Cuiabá remeti também o sobredito Desenho e Descrição da Arvore da Quina, mas segundo me avisa o Juiz de Fora, há mesma penúria naquela Vila de conhecimentos Naturais, que se experimenta nesta. Espera-se com tudo ali nas primeiras Canoas, que ate ao mês de Agosto hão de chegar de S. Paulo, hum Eclesiástico que vem provido em Mestre de Lógica, Metafísica e Ética, o qual segundo me dizem, se applicou muito nesta Corte ao estudo da História Natural com o Dr. Vandelli, [...] e estimarei que se removam com a sua chegada os presentes obstáculos, que fariam talvez infructuosas as mais eficazes diligencias.⁷⁴

⁷³ AHU. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Souza Coutinho, sobre as expedições feitas em busca de salitre, de quina peruviana, e do musgo chamado islândico; remetendo também a descrição feita pelo Padre José de Siqueira a respeito da sua expedição à serra de São Jerônimo e ao arraial do Médico. Villa Bella, 10 de Março de 1799.

⁷⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Souza Coutinho, informando que distribuiu desenhos da árvore da Quina para facilitar a sua descoberta; da falta de naturalistas; da necessidade de criação de uma cadeira de História Natural nas capitais do Brasil. Villa Bella, 14 de Junho de 1798. A grafia foi atualizada.

Vandelli, mestre de Alexandre Rodrigues Ferreira, passou a ser sinônimo de avanço “científico” no Portugal da segunda metade do século XVIII e o fato de o referido eclesiástico ter se formado com este, garantiria por si a qualidade dos trabalhos de investigação do mesmo. O dito professor, como se pode depreender de outro documento enviado por Montenegro,⁷⁵ era José Manuel de Sequeira, professor de Filosofia Racional. Em outras palavras, Montenegro não cuidou apenas de fundar os presídios de Miranda (1797) e São José de Montenegro (1799), pois o domínio daquela região era mais amplo que exclusivamente territorial e embora ainda continuasse em causa as discussões dos limites (o Tratado de Badajoz fora assinado em 1801) e as ações de disputa do território, não podemos deixar de notar suas ocupações em outros campos.

A investigação de Sequeira acerca da quina, distinguiu dois tipos de quina (*Cinchona rubra* e *Cinchona* [amarela]) e buscou identificar os locais onde estas poderiam ser encontradas,⁷⁶ tendo inclusive produzido um mapa das localidades onde ambas poderiam ser encontradas (Figura 4).

Utilizada contra as febres,⁷⁷ dentre elas a malária, a quina foi tão importante que acabou por motivar o surgimento da Quinologia, ramo da História Natural dedicado ao estudo da *Cinchona*. Talvez justamente por compor plenamente os interesses do Império português, o conhecimento produzido por Sequeira nunca saiu dos centros de poder imperial e por este motivo nunca foi divulgado, não obstante a quina fosse uma preocupação internacional; fato que reforça o sentido de sigilo dos saberes produzidos à serviço do Império luso.

⁷⁵ AHU. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho, informando da continuação das expedições na serra de São Jerônimo, feitas pelo professor de Filosofia Racional, o padre José Manuel de Sequeira; da descoberta da árvore da Quina; e da necessidade de um naturalista hábil. Cuiabá, 25 de Abril de 1800.

⁷⁶ AHU. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo] sobre a descoberta de quina pelo professor de Filosofia Racional e Moral da Vila de Cuiabá. Vila Bela, 20 de Setembro de 1802.

⁷⁷ Sobre esta e outros tipos de febre no Mato Grosso colonial, cf. a citada memória de Alexandre Rodrigues Ferreira Angela Porto (ed.). *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008, bem como Marlon Marcel Fiori; Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. *Doenças e parasitos tropicais...* Op. Cit.; Maria Delfina do Rio Ferreira. *Das Minas Gerais a Mato Grosso*. Op. Cit. p. 125.

Além da quina, o ferro foi outro produto extremamente procurado no Mato Grosso português.⁷⁸ Material importante para a mineração do ouro, a busca pelo ferro, tal como a quina, relacionava-se com o a tentativa de se obter o maior conhecimento possível das potencialidades econômicas da terra.



Figura 4: Os achados vegetais do Padre Sequeira, enviados pelo governador Montenegro para Lisboa.⁷⁹

Mas se a administração da América portuguesa esforçou-se por conhecer o território, suas potencialidades e povos por meio de demarcações, viagens e pela ação dos governantes, não podemos deixar de observar que, apesar de compor uma documentação rara, a população local

⁷⁸ Caetano Pinto de Miranda Montenegro. OFÍCIO sobre as expedições feitas em busca de salitre... Op. Cit.

⁷⁹ BNRJ. José Manuel de Sequeira [Padre Joze Manoel de Siqueira]. Planta topográfica da nova descoberta da Quina, na Villa do Cuyabá. [177-].

também produziu saberes sobre si. Em Mato Grosso este elemento é tanto mais interessante, principalmente porque é possível perceber a relativa iliterância da população.

Ainda que os relatos locais em muitos casos não tenham chegado às mãos das autoridades régias, alguns poucos conseguiram e embora hierarquicamente inferiores sob os olhos imperiais, suas contribuições refletem um anseio de atuarem de alguma maneira para o serviço imperial (ainda que os motivos para tal fossem inúmeros). Na *Relaçam curioza do sitio do Graõ Pará terras de Mato-Grosso*, por exemplo, o autor anônimo contraria as teorias humorais da época e defende que os charcos não eram tão pestilenciais como se suporia.⁸⁰ Indica os perigos da terra, como a onça, os lobos e as cobras, especialmente surucucu, conformando assim uma concepção fortemente utilitarista. Também com esta preocupação utilitarista, os demais autores locais que descreveram a Capitania de Mato Grosso no século XVIII relatam os perigos da terra e as dificuldades de ali viver.

Caetano Paes da Silva, por exemplo, endossou uma visão externa da região e pontuou o espanto com a natureza local. Sua obra é uma das primeiras a retratar a região e embora não tenhamos conseguido encontrar quaisquer dados biográficos sobre este autor, por meio de seu texto podemos supor que fosse português. Mas seu relato se reveste de um interesse ainda maior se observamos que foi publicado em 1754 a falar das “terras de Mato Grosso” num período logo após a elevação da região à condição de Capitania e embora não tenha apresentado uma contribuição decisiva para o conhecimento daquele domínio colonial, foi uma das poucas a divulgar informações específicas da Capitania em Portugal:

os que viémos costumados do Reyno a não ver mais que caens, e gatos de Lisboa nos sabresaltamos quando vemos cobra de quatro, cinco varas de comprido, taõ grossa como a cintura de qualquer de nós; e principalmente huma que he da agoa, a que chamaõ Suriulo [Sucuri], a qual não he defícil tragar hum novillo; taõ monstruosa,

⁸⁰ BNL. *Relaçam curioza do sitio do Graõ Pará terras de Mato-Grosso*: bondade do clima, e fertilidade daquellas terras/ escrita por hum curiozo experiente daquelle paiz: primeira parte. Lisboa, 1754.

que no sitio, ou lagôa aonde assiste, não chega, nem aparece outra alguma cousa: e assim como he monstro no cor-/ corpo o he na velocidade, que he nenhuma; porque permite Deos que se não mova do lugar em que habita, porque de outra fôrma nada escaparia. Ha mais outras qualidades de bichos, e as aves são em grade numero muita diversidade [...] de tal forma que a primei[r]a representação desta terra he boa [...] mas a falta de mantimentos a faz agréste.⁸¹

Quanto a esta relativa contribuição, devemos observar mais uma vez o caráter de sigilo da produção de informação no seio das redes de conhecimento do Império português. Os relatos coloniais autorizados pela censura (civil ou religiosa) eram poucos e menos detalhados,⁸² fato que permite incluirmos a pequena obra de Paes da Silva neste conjunto de ações e obras inseridas na rede imperial portuguesa; que não impedia a divulgação total da informação, mas restringia aos membros da burocracia imperial o que era considerado útil à Coroa.

Além disso, a carência documental dificulta a compreensão da amplitude desta rede de informações, mas um caso específico permite-nos entender que as relações sociais numa sociedade colonial que se queria à imagem e semelhança da corte lisboeta (como é possível perceber por meio dos relatos das festas promovidas pelos governadores na seda da Capitania⁸³) era elemento utilizado para que os governadores recolhessem sob sua tutela estudos produzidos pela população local. Não é por acaso que se encontram na Biblioteca Pública Municipal do Porto, no conjunto documental de seu

⁸¹ Biblioteca Nacional de Lisboa. Caetano Paes da Silva. Relaçam e noticia da gente, que nesta segunda monção chegou ao sitio do Grão Pará, e as terras de Matogrosso, caminhos que fizeraõ por aquellas terras, com outras muitas curiosas, e agradaveis de rios, fontes, fructos, que naquelle paiz achàraõ: copia tudo de huma carta, que a esta cidade mandou Isidoro de Couto. Lisboa. na Off. de Bernardo Anton. de Oliveira, 1754. pp. 5–6.

⁸² A proibição de circulação da obra de Antonil é um exemplo clássico deste sentido de sigilo e impedimento de publicações de textos com informações detalhadas da vida e produtos coloniais. Sua Cultura e Opolência do Brasil, havia sido autorizada, mas decidiu-se posteriormente que deveria ser recolhida por conter muitas informações sobre a colônia americana. Posto que informavam mais que o considerado necessário, estas obras eram tidas por nocivas ao interesse da Coroa e foram portanto proibidas de circulação.

⁸³ Sobre as festas e sua função social na América portuguesa, cf. Iris Kantor. Festas Públicas e Processo Colonizador: as Festas de Comemoração da Conquista do Tibagi na Segunda Metade do Século XVIII. En: Politeia: História e Sociedade. Vol. 8, No. 1. Vitória da Conquista, 2008; Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha. Festas no Brasil Colonial: elos de ligação com a vida da Metrôpole. En: Barroco: Actas do II Congresso Internacional do Barroco. Porto, 2003.

antigo possuidor, o já debatido Luís de Pinto de Souza Coutinho, diversos documentos sobre a região. Deste conjunto, é de se destacar a importante obra manuscrita de José Barbosa de Sá. Autor da conhecida *Relação das povoações do cuiabá e mato grosso desde os seus princípios até ao presente tempo*, Sá é uma das poucas referências sobre os primeiros momentos da vida na Capitania, tendo fornecido informações as mais variadas desde as condições de saúde da população ou a pobreza e dificuldades de se sobreviver nos sertões de Mato Grosso. Mas além desta conhecida obra, Sá é também autor do manuscrito *Dialogos Geographicos, Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Sáa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba - Anno de 1769*. O manuscrito de Sá resistiu ao desaparecimento documental e reforça esta compreensão de que o domínio exercido na região não apenas se deu por meio de ações de conquista e domínio de fortes e passagens, mas também pelo conhecimento efetivo da região, de seus habitantes e problemas: Sá não apenas dedicou a obra ao governador, mas endereçou-lhe a mesma.⁸⁴

O documento é uma obra com mais de 900 fólios, que versa sobre a cosmogonia do autor, mas também sobre diversos seres dos três reinos da natureza. Em suas observações, Sá descreveu peixes anuais, foi o primeiro autor a notar que os fungos não eram plantas e buscou salientar a importância do ferro para a vida naquelas terras, chegando a defender que o ferro fosse mais importante que o ouro, mas estas descobertas e opiniões ficaram esquecidas ao tempo, principalmente porque a divulgação de informações tão ricas e detalhadas não convinha às autoridades régias.⁸⁵

Assim, a rede imperial de conhecimentos era dedicada ao Estado e somente à este. A existência de um sentido de bem público era filtrado pela concepção de que a divulgação de informações poderia ser prejudicial à Coroa, às colônias e ao poder de controle do que se queria implantar sobre elas (e

⁸⁴ O original deste manuscrito é parte do espólio do governador, arquivado na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Sobre a obra, informamos que está em preparação uma transcrição, juntamente com discussão e uma versão paleográfica da mesma.

⁸⁵ Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. Quando ferro valia ouro: análise das memórias mineralógicas de José Barbosa de Sá (1769). En: *Varia História*. Vol. 29, No. 49. Belo Horizonte, 2013; Rafael Dias da Silva Campos. "Que de autor basta eu...": O Mundo Natural nos Diálogos Geográficos de José Barbosa de Sá. Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012. Capítulo 1.

portanto, seria igualmente prejudicial a todos os súditos). Os estudos filosófico naturais (ou científicos, para aplicarmos um termo contemporâneo) deviam curvar-se às necessidades imperiais, que no caso da Capitania de Mato Grosso requeria sigilo justamente pela proximidade com os domínios espanhóis e necessidade de a região ser o primeiro impedimento ao acesso destes ao restante da América. Portanto, quando se percebe comparativamente que a ciência produzida na Capitania de Mato Grosso era relativamente pequena, devemos ter em atenção que existiu todo um trabalho de identificação, catalogação e envio de informações ao reino sobre a região, mas que a mesma ficou em sua grande maioria sob a restrita utilização das autoridades régias.

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. *OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Souza Coutinho, informando que distribuiu desenhos da árvore da Quina para facilitar a sua descoberta; da falta de naturalistas; da necessidade de criação de uma cadeira de História Natural nas capitais do Brasil*. Villa Bella, 14 de Junho de 1798.

AHU. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. *OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Souza Coutinho, sobre as expedições feitas em busca de salitre, de quina peruviana, e do musgo chamado islândico; remetendo também a descrição feita pelo Padre José de Siqueira a respeito da sua expedição à serra de São Jerônimo e ao arraial do Médico*. Villa Bella, 10 de Março de 1799.

AHU. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. *OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo] sobre a descoberta de quina pelo professor de Filosofia Racional e Moral da Vila de Cuiabá*. Vila Bela, 20 de Setembro de 1802.

AHU. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. *OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho, informando da continuação das expedições na serra de São Jerônimo, feitas pelo professor de Filosofia Racional, o padre José Manuel de Sequeira; da descoberta da árvore da Quina; e da necessidade de um naturalista hábil.* Cuiabá, 25 de Abril de 1800.

AHU. Instruções que levou Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres quando foi nomeado governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso (13 de Agosto de 1771), *Apud* Gilberto Freyre. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII.* Cuiabá. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. pp. 167-175.

Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem Filosófica pelas Capitánias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792.* Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura, 1971. (Vol. 1: Geografia-Antropologia, Vol. 2: Zoologia).

Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem Filosófica pelas Capitánias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.* Brasília. Conselho Federal de Cultura, 1972.

Antônio Pires da Silva Pontes Leme. *[Memória sobre a casca de Cunga-assá] Carta de Antonio Pires da Silva Pontes.* 1802. Disponível em: <http://www.cedope.ufpr.br/pdf/Silva_Pontes_Cangata.pdf>.

Antônio Pires da Silva Pontes Leme. *Memoria sobre os Homens Selvagens da America Meridional.* En: *Memorias Economicas e Fyzicas que não tiveram lugar nas collecçoens da Academia.* Tomo 1. Lisboa, 1792.

Biblioteca da Ajuda. Luis Pinto de Souza Coutinho. *Memoires de son Excellence Mr. Louis Pinto de Souza Coutinho, Vicomte de Balsemão. Sur les contestations entre les Couronnes d'Espagne et de Portugal, relatives à ses possessions dans l'Amérique Meridionale, selon les epoques et les traits.* 1778.

Biblioteca Nacional de Lisboa. Caetano Paes da Silva. *Relaçam e noticia da gente, que nesta segunda monção chegou ao sitio do Grão Pará, e as terras de Matogrosso, caminhos que fizeraõ por aquellas terras, com outras muitas curiosas, e agradaveis de rios, fontes, fructos, que naquelle paiz achàraõ: copia tudo de huma carta, que a esta cidade mandou Isidoro de Couto.* Lisboa. na

Off. de Bernardo Anton. de Oliveira, 1754. Disponível em: <<https://archive.org/details/relaamenoticia00silv>>.

BNL. José Joaquim Victorio da Costa. *Carta geographica das viagens feitas nas capitancias do Rio Negro e Mato Grosso desde o anno de 1780 até 1789 para servirem de base a demarcação dos limites das ditas Cap.^{tas} a respeito dos dominios Hespanhoes a ellas contíguas*. [18--]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525845/cart525845.html>.

BNL. *Relaçam curioza do sitio do Graõ Pará terras de Mato-Grosso: bondade do clima, e fertilidade daquellas terras/ escrita por hum curiozo experiente daquelle paiz: primeira parte*. Lisboa, 1754.

BNL. *Tratado Preliminar de Paz e de Limites na América Meridional relativo aos Estados que nela possuem, as Coroas de Portugal e de Espanha, assinado em Madrid pelos plenipotenciários de Suas Majestades Fidelíssima e Católica em primeiro de Outubro de 1777 e ratificado por ambas as Majestades*. Lisboa. Regia Officina Typografica, 1777.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira. *Propriedade e Posse das Terras do Cabo do Norte, pela Corôa de Portugal deduzida dos Annaes Históricos do Estado do Maranhão, e de algumas Memórias, e Documentos, por onde se achão dispersas as suas Provas*. 24 Abril 1792. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1195329/mss1195329_item1/index.html>.

BNRJ. *Extension e situacion de los gobiernos de Sta. Cruz de la Sierra, Matogroso, Cuyaba, y pueblos de los indios llamados los Chiquitos*. 1789.

BNRJ. José Manuel de Sequeira [Padre Joze Manoel de Siqueira]. *Planta topográfica da nova descoberta da Quina, na Villa do Cuyabá*. [177-]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart232291.htm>.

BNRJ. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. *Mapa Geográfico de America Meridional*. 1775. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart485821.htm>.

BNRJ. Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional [Mapa das Cortes]. 1749.

BNRJ. Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndyos Chyquytos y S. Cruz: Sacado por orñ. de el sor. Govor. Dn. Tomas de Lezo. [ca. 1778]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543407.jpg>.

BNRJ. *Plano de Cuiava, Mato Grosso y Pueblos de los Indios Chiquitos y Santa Cruz: sacado por orñ. de el Señor Governador D. Tomas de Lezo.* 1778. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325603.jpg>.

BNRJ. Ricardo Franco de Almeida Serra. *Mappa geographico da capitania de Matto Grosso: no qual mappa vão configurados exactamente os rios Amazonas, Negro, Madeira, parte do Mamoré, Guaporé, Itunamas, Baurés e os terrenos desde villa Bella até a do Cuiabá, e a extrema com a provincia hespenholla de chiquitos assim como os rios Jaurú, Paraguay, Cuiabá, Taguarí, Cochim, Pardo e Tieté. Correctos todos segundo as obsserções astronomicas que em todos se fiserão.* Rio de Janeiro. Lith. Arch. Militar, 1853. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart177680/cart177680.htm>.

BNRJ. Ricardo Franco de Almeida Serra. *Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanhoes, aelles adjacentes.* 1777. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543212.htm>.

Francisco José de Lacerda e Almeida. *Diário da Viagem de Vila Bela Capital da Capitania de Mato Grosso até Vila e Praça de Santos na Capitania de São Paulo.* Transcrito por Magnus Roberto de Mello Pereira e Rosângela Maria Ferreira dos Santos. De 13 de Setembro de 1788 a 13 de Maio de 1790. Disponível em: <http://www.cedope.ufpr.br/pdf/Lacerda_Azulmss998_MatoGrosso_1788.pdf>.

Instruções dadas pela rainha ao governador da capitania de Mato Grosso D. António Rolim de Moura em 19 de Janeiro de 1749 da Rainha para D. Antônio Rolim de Moura Tavares. En: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 55. Rio de Janeiro, 1892. pp. 381–390.

Instrução de Luís de Souza Coutinho para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. [Vila Bela, 24 de dezembro, 1772]. En: Marcos Carneiro de Mendonça. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro. Xerox, 1985.

João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Cópia da Carta para o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. 16 de Maio de 1790. En: Américo Pires de Lima (ed.). *O Doutor Alexandre Rodrigues*

Ferreira: Documentos coligidos e prefaciados. Lisboa. Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 302-303.

João Pereira Caldas. Carta de João Pereira Caldas para o Dr. Alexandre [Rodrigues Ferreira]. 23 de Agosto de 1788. En: Américo Pires de Lima (ed.). *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira: Documentos coligidos e prefaciados*. Lisboa. Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 267-271.

José Custódio de Sá e Faria, “*Demonstração de huã porção do Rº Paraguay para intelligencia da situação do estreito, que as partidas demarcadoras denominarão de Sam Francisco Xavier*. [17--].

Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Carta de Luís Albuquerque, para Tristão de Castro. 5 de Março de 1789. En: Américo Pires de Lima (ed.). *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira: Documentos coligidos e prefaciados*. Lisboa. Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 285-286.

National Archives. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. *Nova Carta da América Meridional [...]*. En: Renata Araujo. Os Mapas do Mato Grosso: o território como projeto. En: *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online]. Vol. 4, Online desde 13 Fevereiro de 2015. Disponível en: <<http://terrabrasilis.revues.org/1230>>.

Ricardo Franco de Almeida Serra. *Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso*. Cuiabá. Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

Universidade de Coimbra. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Observatório Astronômico. Tomás de Souza. *Carta geographica da America Portugueza ou terreno americano*. 1775. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/fundo_antigo/carta_geographica_da_america_portugueza_ou_terreno_americano_thomas_de_souza>.

UC. FCT, OA. *Carta geographica de huã grande parte da America Meridional, que compriende desde o Cabo de S. Maria, e boccadura do rio de Pratta até ao Governo de Matto Grosso e parte do rio Guapore em que se mostraõ as linhas Divizorias ou Raya dos confins entre os Estados de Portugal e Hespanha marcada na forma determinada no Tratado de Preliminar de 1777*. 1779. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/fundo_antigo/carta_geographica_de_hu%C3%A3_grande_parte_da_america_meridional_que_compriende_desde_o_cabo>.

University of Bern. Guillaume Delisle. *L’Amerique meridionale: dressée sur les observations de M.rs de l’Academie Royale des Sciences quelques autres, sur les memoires les plus recens*. Paris. Chez l’auteur sur le quai de l’Horloge, 1700. Disnponivel em: <http://biblio.unibe.ch/web-apps/maps/lightbox.php?col=ryh&pic=Ryh_7901_21&col=ryh&ilang=DE>.

Referências bibliográficas

- André Nicácio Lima. Mato Grosso e a geopolítica da independência (1821-1823). En: *Revista Territórios & Fronteiras*. Vol. 5, No. 2. Cuiabá, 2012. pp. 3–31.
- Ângela Domingues. *Formas de intervenção no espaço amazónico em finais do século XVIII: Política, ciência e aventura*. Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1988.
- Ângela Domingues. Na confluência da política, da diplomacia e da ciência: a fronteira na Amazônia colonial. En: *Seminário Permanente de História do Brasil*. Lisboa, 2013.
- Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. En: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Vol. 8, No. Suplemento, 2001. pp. 823–838.
- Ângela Domingues. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa. Instituto de História de Além-mar, 1991.
- Angela Porto (ed.). *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008.
- Carlo Eugenio Nogueira. *Nos sertões do poente: conquista e colonização do Brasil Central*. Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- Charles Ralph Boxer. *The golden age of Brazil, 1695-1750: growing pains of a colonial society*. Berkeley. University of California Press, 1962.
- Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. Quando ferro valia ouro: análise das memórias mineralógicas de José Barbosa de Sá (1769). En: *Varia História*. Vol. 29, No. 49. Belo Horizonte, 2013. pp. 73–100.
- Diogo Ramada Curto. Uma tipologia compósita do conhecimento imperial. En: *História (São Paulo)*. Vol. 31, No. 2. São Paulo, 2012. pp. 26–35.
- Ermelinda Moutinho Pataca. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.
- Eulália Maria Aparecida de Moraes; Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. Filosofia Natural lusa: A Viagem Philosophica e a política iluminista na América portuguesa setecentista. En: *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*. Vol. 4, No. 1. Bologna,

2012. pp. 75–91. Gilberto Freyre. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Vol. 1. Comentário. Lisboa. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968.

Gilberto Freyre. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Vol. 2. Documentário. Lisboa. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968.

Iris Kantor. Festas Públicas e Processo Colonizador: as Festas de Comemoração da Conquista do Tibagi na Segunda Metade do Século XVIII. En: *Politeia: História e Sociedade*. Vol. 8, No. 1. Vitória da Conquista, 2008. pp. 165–177.

Isabel Vieira Rodrigues. A Política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759). En: *Oceanos*. No. 40. Lisboa, 1999. pp. 94–110.

Janaína Amado; Leni Anzai. *Luís de Albuquerque: Viagens e governo na Capitania de Mato Grosso, 1771–1791*. São Paulo. Fundação Odebrecht, 2014.

Jean Luiz Neves Abreu. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. En: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Vol. 14, No. 3. Rio de Janeiro, 2007. pp. 761–778.

João Carlos Garcia. *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

João Carlos Pires Brigola. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial: os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. En: Francisco Ribeiro da Silva (ed.). *Estudios em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2004. pp. 331–339.

Júnia Ferreira Furtado. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte. EdUFMG, 2012.

Leslie Bethell. *Colonial Brazil*. Cambridge. Cambridge University Press, 1987.

Luiza Rios Ricci Volpato. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819*. São Paulo. Hucitec, 1987.

Manuel Lucena Giraldo. La delimitación hispano-portuguesa y la frontera regional quiteña,

1777-1804. En: *Processos, Revista Ecuatoriana de Historia*. No. 4, 1993. pp. 21–39.

Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha. Festas no Brasil Colonial: elos de ligação com a vida da Metrópole. En: *Barroco: Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto, 2003. pp. 465–474. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7554.pdf>>.

Maria de Fátima Costa. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. En: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Vol. 8 (suplemento). Rio de Janeiro, 2001. pp. 993–1014.

Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo. Estação Liberdade, 1999.

Maria Delfina do Rio Ferreira. *Das Minas Gerais a Mato Grosso: gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A acção de Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. Mestrado. Universidade do Porto. Porto, 1996.

Maria Dulce de Faria. A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional. En: *Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em: <http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html>.

Marlon Marcel Fiori; Christian Fausto Moraes dos Santos; Rafael Dias da Silva Campos. Doenças e parasitos tropicais na expansão interior do Império colonial português na América: o caso das monções. En: *Revista Territórios & Fronteiras*. Vol. 7, No. 1. Cuiabá, 2014. pp. 165–182.

Nelson Sanjad; Ermelinda Pataca. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. En: *Colóquio luso-brasileiro de história da arte*. Vol. 7. 2007. Porto. pp. 425-431.

Nauk Maria de Jesus. Capitania de Mato Grosso. En: Nauk Maria de Jesus (ed.), *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Carlini & Caniato. Cuiabá, 2011. pp. 64–67.

Nauk Maria de Jesus. *O Governo local na Fronteira Oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados. EdUFGD, 2011.

Nauk Maria de Jesus. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808)*. Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

Oswaldo Rodrigues da Cunha. *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira*. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

Péricles Pedrosa Lima. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Mestrado. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009.

Rafael Dias da Silva Campos. “*Que de autor basta eu...*”: *O Mundo Natural nos Diálogos Geográficos de José Barbosa de Sá*. Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

Rafael Dias da Silva Campos. *Rebeldes médicos: sedição e teses médicas de luso-brasileiros em Montpellier*. Doutorado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, [2016] em andamento.

Renata Malcher de Araujo. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. En: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol. 20, No. 1. São Paulo, 2012.

Ronald Raminelli. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. En: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Vol. 8 (Suplemento). Rio de Janeiro, 2001. pp. 969–992.

Ronald Raminelli. Ilustração e império colonial. En: *História (São Paulo)*. Vol. 31, No. 2. São Paulo, 2012. pp. 36–37.

Ronald Raminelli. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo à distância*, São Paulo. Alameda, 2008.

Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 1957.

Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1990.

Suelme Evangelista Fernandes. Cartografia. En: Nauk Maria de Jesus (ed.), *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Carlini & Caniato. Cuiabá, 2011. pp. 68–70.

Tadeu Valdir Freitas de Rezende. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.